Informativo *ADCPII*

Campo de São Cristóvão 177, 2º. andar – São Cristóvão, RJ – Cep: 21920-440
Tel.: 2580-0783 / Fax: 3860-1194 / E-mail: adcpii@gmail.com / www.adcpii.com.br

Boletim da Associação de Docentes do Colégio Pedro II – Junho de 2007

FLIP 2007

4 a 8 de julho

Mais uma vez, a ADCPII subsidia a participação de seus associados na FLIP (Festa Literária Internacional de Paraty)

Selecionados por sorteio, 8 professores terão passagem e estadia totalmente pagas pela Associação. Além desses, mais 24 associados receberão auxílio para participarem, através da facilitação do pagamento das despesas (parcelamento em três vezes), conforme divulgado em carta a aposentados e em cartazes na U.Es.

CONDIÇÕES DE TRABALHO NAS ESCOLAS

"*O professor está doente. Excesso de trabalho, indisciplina em sala de aula, salário baixo, pressão da direção, violência, demandas de pais de alunos, bombardeio de informações, desgaste físico e, principalmente, a falta de reconhecimento de sua atividade são algumas das causas de estresse, ansiedade e depressão que vêm acometendo os docentes brasileiros*.

Revista EDUCAÇÃO, no. 119

Estudos realizados em várias cidades brasileiras apontam causas e conseqüências das difíceis **condições de trabalho do professor.**

Levantamento realizado pela ADCPII indica quais são os maiores **problemas encontrados pelos docentes** no exercício de suas atividades aqui no **Colégio Pedro II**.

(Ps. 9-11)

De que forma os trabalhadores serão atingidos pelo PAC?

Confira algumas das conseqüências do Plano de Aceleração do Crescimento sobre a vida dos servidores públicos e dos demais trabalhadores. (P. 12)

Assembléia Estatuinte finaliza seu projeto para o novo Regimento Interno do CPII

O projeto de Regimento Interno elaborado por representantes da comunidade escolar está pronto. Saiba quais foram as principais emendas incorporadas e/ou rejeitadas pelos Estatuintes. Confira também algumas das mudanças que ocorreriam na escola sob a égide desse Regimento. (P. 2)

ASSEMBLÉIA ESTATUINTE APRECIA AS EMENDAS DA COMUNIDADE E FINALIZA PROJETO DE REGIMENTO INTERNO PARA O CPII

A Assembléia Estatuinte finalmente concluiu seus trabalhos – foram mais de três anos de dedicação dos colegas Estatuintes - no que diz respeito à elaboração de uma proposta de Regimento Interno para a nossa escola. As últimas sessões foram dedicadas a examinar as emendas enviadas pela comunidade. Por sua especial relevância para o funcionamento do Colégio, é importante destacar aqui algumas dessas emendas. Também julgamos oportuno explicitar a posição da Diretoria da ADCPII quanto a elas, já que, por termos consultado formal ou informalmente os professores em diversas ocasiões, procuramos defender suas principais teses.

Tópico	Proposta inicial dos Estatuintes	Emenda apresentada	Situação final / comentários
Composição do Conselho Escolar	Paridade de composição entre os 4 segmentos da comunidade escolar (professores, técnicos, alunos e pais), cada um deles ocupando 1/4 do Conselho	Paridade entre os segmentos, mas concebida de outra forma: 1/3 para professores, 1/3 para técnicos e 1/3 para alunos e pais, conjuntamente considerados	Essa emenda foi apresentada pela Diretoria da ADCPII e professores de várias Unidades. Foi rejeitada.
Perfil dos candidatos a Diretor (1)	Nenhuma exigência no que diz respeito à formação acadêmica do servidor para se candidatar ao cargo	Necessidade de o candidato possuir formação pedagógica para se candidatar e exercer o cargo	Emenda também apresentada pela Diretoria da ADCPII e docentes de diversas Unidades. Foi rejeitada.
Perfil dos candidatos a Diretor (2)	Apenas servidores da ativa podem se candidatar	Possibilidade para qualquer servidor se candidatar, ativos ou inativos	Emenda aceita, o que significa que servidores aposentados também poderão ser candidatos a Diretor. A ADCPII não apoiou essa emenda.
Atribuições do Conselho Escolar e do Conselho Pedagógico	O Conselho Escolar figura como o órgão deliberativo supremo, enquanto o Conselho Pedagógico é concebido como formulador de propostas	Distribuição diferente de funções e poderes entre esses dois Conselhos, para possibilitar um diálogo maior entre eles e um processo mais ágil no que diz respeito ao funcionamento da escola	Apresentada pela ADCPII, essa emenda não foi aceita.

O maior avanço proporcionado pelo Regimento da Assembléia Estatuinte é a **introdução do Conselho Escolar** no Colégio Pedro II. O Conselho, formado pelos quatro segmentos, permitirá uma gestão colegiada, muito mais democrática e transparente. Cumpre salientar que esse Conselho é preconizado pelo próprio MEC como o modelo ideal de gestão escolar.

Outro avanço digno de destaque foi o estabelecimento de um limite de tempo para se exercer cargos de chefia – no máximo, dois mandatos seguidos. Também não se pode deixar de mencionar o estabelecimento de eleições para os cargos de chefia e de regras "definitivas" para essas eleições. Assim, não estaremos mais à mercê de regras casuísticas para a escolha de nossos dirigentes, feitas de acordo com o interesse político do momento.

A par desses avanços, existem alguns senões. Por exemplo, muitos professores – entre eles os membros da Diretoria da ADCPII - concebem uma outra maneira de se distribuir a participação da comunidade no Conselho (conforme explicitado no quadro acima). Também existe discordância em relação ao perfil dos candidatos a diretor. Estamos convictos da necessidade de esse cargo ser ocupado por alguém com **formação pedagógica**, assim como acreditamos que esse alguém precisa ser um **servidor da ativa**.

Contudo, lembramos a todos que o processo ainda não chegou ao fim – o projeto da Estatuinte precisa ainda ser apreciado pelo MEC. Temos, assim, como aprofundar mais as questões para alcançarmos a nossa meta: **conseguir o melhor regimento possível para o Pedro II, que avance nas questões político-pedagógicas, que lhe permita funcionar democrática e eficientemente e que realmente represente os ideais da comunidade escolar.**

REGULAMENTAÇÃO DO DIREITO DE GREVE PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS

Marcelo Chalréo
Advogado – Assessoria Jurídica ADCPII

Um dos assuntos em discussão no momento político, social e sindical do país é a regulamentação do direito de greve dos servidores públicos, posto que o dispositivo constitucional que garante o exercício desse direito ainda pende de regulamentação. Hoje, no movimento sindical, existem duas correntes: a primeira defende que a norma constitucional seja regulamentada para melhor garantia ao exercício do direito; a segunda refuta a regulamentação, com o argumento de que ela não é necessária para o exercício desse direito, temendo-se ainda que qualquer regulamentação possa vir a coibi-lo ou restringi-lo de algum modo.

Nesse contexto, o assunto também ganha relevo pelo fato de que o Supremo Tribunal Federal, caminha - o julgamento já se iniciou, mas foi suspenso pelo pedido de vista de um dos ministros da Corte - para determinar a aplicação aos servidores públicos da norma que disciplina a greve no setor privado.

Creio que o tratamento dado ao tema tem sido insuficiente. É necessário que se trave, no bojo das relações que permeiam as atividades públicas, o serviço público, seus servidores e os interesses da população para quem esses serviços são voltados, uma discussão mais ampla e abrangente que tenha como foco central **a negociação coletiva no âmbito da Administração Pública**. Isso implica a revisão das condições, formas e meios em que essa negociação pode e deve se dar entre os servidores e o Estado, este representado pelas autoridades que exercem os Poderes constituídos.

Até alguns anos atrás, parecia heresia essa discussão, uma vez que qualquer concessão de reajuste, aumento de vencimentos, reestruturação de carreiras, etc, dependia, sempre, da iniciativa do Poder competente. Porém a prática cotidiana dos últimos anos vem evidenciando uma nova realidade, com campanhas salariais dos servidores, reuniões e tratativas com os agentes do Estado, culminando, muitas vezes, com "acordos" que são ratificados pelas ações legislativas correspondentes.

A questão é que essa nova prática não encontra marcos regulatórios por onde caminhar e tramitar, de certa forma relegando aos titulares de plantão do Poder competente o meio e o modo de agir diante dessas demandas dos agentes administrativos. É certo que, em várias ocasiões, o que vemos é que, na ausência desse requisito regulatório, os servidores se vêem premidos a deflagrar movimentos paredistas (não raro afetando a população), para poder haver a própria negociação negada pela Administração. Em outras palavras, a postura anti-sindical da Administração (para a qual não há qualquer previsão de sanção), em não querer ou se recusar a negociar, acaba por vezes desencadeando a greve, possível de ser evitada, caso existissem mecanismos legais razoáveis a permitir o fluir da pactuação coletiva, em prol não só dos servidores, mas da própria Administração e dos cidadãos em geral.

Nessa linha, finalizando essas rápidas considerações, penso ser oportuno e de relevante interesse público que se paute o debate existente também sob esse foco, de modo a avançarmos na construção de uma democracia mais efetiva, libertando-nos das amarras do Estado liberal clássico e dos instrumentos de coerção que não contribuem para a construção da cidadania e da dignidade da pessoa humana, princípios fundamentais da República.

NOVA AÇÃO – PLANO VERÃO

O escritório do Dr. Marcelo Chalréo, que presta assessoria jurídica à ADCPII, vai promover ação a respeito da correção da poupança referente ao Plano Verão. Essa ação será patrocinada em caráter particular pelo escritório, que oferecerá vantagens aos Associados em termos dos custos do processo.

Os interessados devem procurar a ADCPII, deixando nome completo, endereço e telefones para posterior contato, quando serão fornecidas maiores informações, inclusive quanto aos custos.

Atenção: (a) o Plano Verão atinge as pessoas que tinham caderneta de poupança no período de dezembro de 1988 a fevereiro de 1989; não se trata da correção do Plano Bresser (junho de 1987);

(b) os professores que já tenham ajuizado essa ação não poderão ajuizá-la novamente.

Nota especial da Assessoria Jurídica

Os professores que promoveram **ação de correção do FGTS** através do nosso escritório não devem iniciar acordo administrativo com a Caixa Econômica Federal sem se comunicarem com nossos advogados, pois tal acordo poderá acarretar prejuízos ao processo em andamento e resultar na condenação dos professores ao pagamento de custas e honorários advocatícios em benefício da Caixa.

Próximos plantões dos advogados na sede da ADCPII:

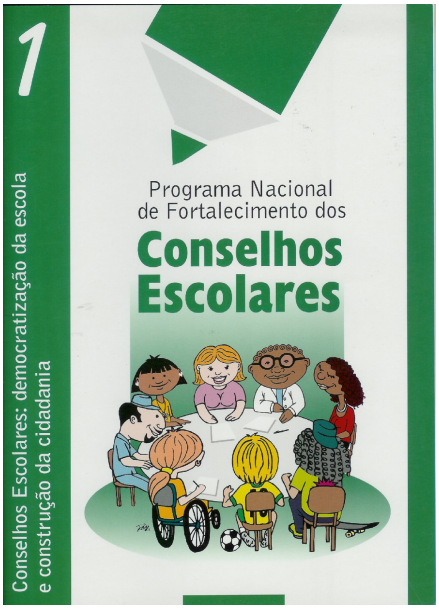
5 e 11 de julho;
9 e 22 de agosto

ATUALIZANDO AS INFORMAÇÕES: Janeiro-Junho de 2007

1. ADCPII OBTÉM AUDIÊNCIA NO MEC

Em janeiro deste ano, a ADCPII teve uma audiência no MEC, com o Prof. Francisco das Chagas, então Secretário da Educação Básica. Os principais temas do encontro foram a política de expansão do Pedro II, a necessidade de novo concurso para professores efetivos e a reformulação do Regimento Interno do Colégio. Sobre esse último item, o Secretário confirmou que **não foi revogada** a Portaria do ex-Ministro Cristóvão Buarque instituindo a **Comissão Especial** (formada pelos quatro segmentos da escola, representados pela ADCPII, Sindscope, Grêmios e APAS), encarregada de conduzir a eleição para Diretor Geral em 2003 e, posteriormente, apresentar proposta de novo Regimento Interno para o CPII. Assim, nossa **Assembléia Estatuinte**, além de reconhecidamente **legítima**, também é perfeitamente **legal**.

Recebemos algumas publicações oficiais do MEC, dentre as quais destacamos a série de Cadernos que integram o **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Trata-se de um tema de fundamental importância para a comunidade do CPII, neste momento em que estamos reformulando nosso Regimento e precisamos buscar formas mais atuais e democráticas de gestão escolar. Esses Cadernos estão à disposição dos Associados.



2. PORTARIA 140 (TRANSFERÊNCIA DE PROFESSORES DO *PEDRINHO* PARA O *PEDRÃO*)

Conforme decidido em Assembléia e amplamente divulgado nas Unidades, através de cartazes, a ADCPII enviou ao MEC, em setembro de 2006, um documento com alguns questionamentos sobre a Portaria 140, sobre os quais solicitava um pronunciamento oficial.

A Associação entrou também com uma representação junto ao Ministério Público Federal. Essa representação encontra-se atualmente na Secretaria dos Ofícios da Tutela Coletiva, no gabinete da Exma. Dra. Márcia Morgado.

3. CINECLUBE ADCPII

Em sessão realizada no dia 28 de março, em São Cristóvão, foi exibido o documentário de Al Gore "***Uma Verdade Inconveniente***". Após o filme houve um estimulante debate com os professores do CPII **Lúcia Naegeli** (Geografia) e **Roberto Adão** (Biologia).

4. NOVAS AQUISIÇÕES PARA O ACERVO DO CINECLUBE DA ADCPII

Adquirimos 21 documentários, integrantes da DVDTECA DOS TRABALHADORES, criada pelo NPC - Núcleo Piratininga de Comunicação. O NPC é constituído por um grupo de jornalistas, professores, ativistas sindicais e de movimentos sociais que fazem reportagens, realizam palestras e debates, ministram cursos, produzem vídeos, publicam material, etc, relacionados aos trabalhadores.

Lembramos aos associados que a ADCPII empresta não só o DVD como também o projetor de filmes. Para maiores informações sobre os documentários e sobre os empréstimos, entre em contato conosco.

Confira ao lado a listagem dos 21 títulos

TÍTULOS DOS NOVOS DOCUMENTÁRIOS

A Guerra do Gás
A Revolução Não Será Televisionada
A Vida Acima da Dívida
ALCA: Resistir é Preciso
Além de Trabalhador, Negro
Amanhã Vai Ser Maior
As Doenças do Trabalho Sob Ótica de Suas Vítimas
Caminhando para o Céu
Conversas de Crianças
Entre Muros e Favelas
História das Políticas de Saúde no Brasil
Maio Baiano
Meninas Mulheres
Montanhas de Ouro
O Panelaço
Raiz Forte
Rompendo o Silêncio
Sob o Céu de Goiânia
Tempo de Resistência
Terceirização – A Escravidão em Versão Neoliberal
Uma Historia Severina

5. II ENCONTRO DO FÓRUM DE DISCUSSÃO "EDUCAÇÃO PÚBLICA: DESAFIOS E LUTAS NA ATUALIDADE"

Ocorrido no dia 14 de abril, o Encontro contou com a participação de servidores, pais e alunos do CPII, além de representantes do IBC, INES e FAETEC.

Com o tema central ***Conselhos Escolares***, o Fórum começou com uma palestra do Prof. João Batista Bastos, da Faculdade de Educação da UFF,e terminou com um rico debate abrangendo diversos problemas relativos ao Ensino Básico, como a situação geral das escolas do Rio de Janeiro, o sistema de avaliação dos alunos e o funcionamento dos grêmios estudantis.

Vem aí o III EPAD

Encontro de Professores da Associação dos Docentes do Colégio Pedro II

Aguarde informações para breve!

INJUSTIÇAS OCORREM NO PEDRO II
Infelizmente, ser um bom profissional não conta ...

Divulgamos abaixo a moção de apoio feita pelo Departamento de Português e Literaturas à Professora Isabel Cristina Vega Martinez, injustamente transferida da Unidade Escolar onde trabalhava há quase 15 anos (Engenho Novo II).

Nossa solidariedade e total apoio à Isabel.

MOÇÃO DE APOIO

Os professores do Departamento de Português e Literaturas de Língua Portuguesa, reunidos em Colegiado no dia 08 de março de 2007, decidiram tornar público seu repúdio quanto à transferência compulsória da professora Isabel Cristina Vega Martinez, da UE Engenho Novo II para outra UE desta Instituição, e manifestar irrestrito apoio à citada docente.

Pelo documento assinado pelos membros da Equipe de Português da UE Engenho Novo II, onde foi eleita por unanimidade Coordenadora da Disciplina no triênio 2004-2006, e pelo relato da Chefia do Departamento quanto à competência e dedicação da servidora no desempenho de suas funções de professora e de Coordenadora, esse ato configura-se em claro desrespeito aos direitos de uma profissional no cumprimento de suas atividades.

Além do excelente relacionamento com a comunidade escolar de Engenho Novo II, facilmente atestável, conforme abaixo-assinado produzido por servidores daquela Unidade, a professora Isabel, segundo depoimento do Chefe do Departamento, sempre procurou buscar soluções para os problemas relativos à Equipe, estimulou e coordenou inúmeras atividades curriculares e extracurriculares, constituindo-se em exemplo de profissional responsável, colaboradora e cumpridora de suas obrigações.

Assim, o Departamento de Português e Literaturas vem ratificar o Memorando de nº 002/07 – em que o Chefe do Departamento se coloca frontalmente contra esse ato arbitrário – e continua e continuará *ad aeternum* a invocar o legítimo direito de defesa, garantido pela Constituição Federal, a que a professora Isabel tem direito.

Departamento de Português e Literaturas / março de 2007

EVENTOS PROMOVIDOS PELA ADCPII NO MÊS DE JUNHO

Na dias que se seguem ao fechamento desta edição dois eventos estarão ocorrendo:

- **III Encontro do Fórum "Educação Pública: Desafios e Lutas na Atualidade"**

  - ✓ Data: 16 de junho
  - ✓ Horário: 10 às 13 horas
  - ✓ Local: São Cristóvão – Sala do Coral
  - ✓ Tema principal: *Conselhos Escolares*

- **Palestra "*A VOZ DO PROFESSOR COMO INSTRUMENTO DE TRABALHO - PREVENÇÃO FONOAUDIOLÓGICA NA SAÚDE VOCAL DOS PROFESSORES*"**

Palestrante:
Fonoaudióloga ***Simone Ferreira***

  - ✓ Data: 19 de junho
  - ✓ Horários: 9:30 às 11:30 **ou** 13:30 às 15:30
  - ✓ Local: São Cristóvão Mediateca de Inglês

PAIS DE ALUNOS DO CPII- UMA VISÃO A SER REGISTRADA

Transcrevemos abaixo trechos de uma mensagem enviada pelos pais de um aluno do CPII a seus familiares, no dia seguinte à formatura do filho. A publicação neste Boletim foi autorizada pelos autores.

Pessoal,

Ontem foi a formatura do Ivan. Foi muito, muito, muito emocionante. Ele e seus colegas receberam o título de "Bacharel em Ciências e Letras", excepcionalmente conferido aos formandos do Colégio Pedro II.

Foram quase 4 horas de cerimônia, sem que percebêssemos. Como eles amam aquele Colégio! Como amam os professores e são amados por eles! Além das homenagens de praxe, homenagearam um inspetor que tinha falecido, convidando um irmão dele para representá-lo e também as merendeiras, as bibliotecárias e os colegas que ficaram pelo caminho. Os professores homenageados, por sua vez, foram unânimes em dizer aos alunos quanto tinham aprendido com eles e aconselhavam honestidade, luta por um país melhor, não se render às facilidades da vida em detrimento do justo e do correto e que, se caíssem, levantassem. Só coisas boas. E olha que eles têm moral pra falar isso, na posição de educadores de um colégio público, que recebe por sorteio na 1ª série do fundamental alunos de toda origem social e fazem um trabalho excepcional com todos. Já na 5ª série, quando Ivan entrou, ou no 1º ano do ensino médio, os alunos entram por seleção.

Foi assim que vimos ontem, tratados igualmente, preparados igualmente, amados e respeitados, brasileiros de todo jeito. Os melhores amigos do Ivan: o primeiro, filho de porteiro, junto com o segundo, classe média e campeão em olimpíadas mundiais de física e astronomia, mais o terceiro, cujo pai está no topo da pirâmide da mídia no país – lado a lado com nosso filho, se despedindo com o afeto e a camaradagem digna dos grandes.

Os discursos dos alunos, dos professores e da direção foram empolgantes, irrepreensíveis, de altíssimo nível e ao mesmo tempo agradáveis e afetuosos. Especialmente as falas dos alunos impressionavam – não parecia que estavam terminando o ensino médio e sim o superior! Percebia-se claramente sua autonomia intelectual e desenvoltura conduzindo e dando o tom da festa. Harmonizavam um espírito crítico e combativo, sem dourar a pílula, lembrando divergências, conflitos, problemas, gozando os professores e colegas – com respeito e bom humor. Era bonito demais ver como se amavam com todas as diferenças que ostentavam!!!

O patrono havia convidado Ivan para tocar "Canção da América" ao final de seu discurso, como um presente carinhoso para os alunos. Nosso filhote foi chamado, subiu ao palco e fez um pequeno discurso. Foi lindo: estava tranqüilo, dicção perfeita, português nota dez e tocou o coração de todos os colegas homenageados, destacando, claro, a namorada! O patrono, uma professora lindona e supersimpática e ele cantaram juntos.

Então, gente, como mãe, como professora, como brasileira e até como contribuinte do leão, me senti pra lá de realizada. Oxalá se perpetue a qualidade desse Colégio ou seu conceito – como disse – democrático e republicano por mais centenas de anos, e que possam se multiplicar outras instituições como essa em nosso país, de preferência até melhores. Afinal, também sofremos muito com sucessivas greves e a infra-estrutura mais ou menos precária do Colégio ao longo desses anos. Muitas vezes ficamos inseguros e pensamos em tirá-lo de lá. Mas nosso propósito, de manter Ivan em meio à diversidade social num colégio acima de tudo humanista e muito bom, foi cumprido. Não priorizamos a famosa excelência, ofertada em outros colégios do Rio, e sim sua FORMAÇÃO integral. E por ontem, pela formatura, achamos que não erramos. Graças a Deus.

CONDIÇÕES DE TRABALHO DO PROFESSOR NO BRASIL E SEUS REFLEXOS NA SAÚDE DESSE PROFISSIONAL

Em artigo na revista EDUCAÇÃO, edição 119, Fabiano Curi relata diversos estudos realizados por diferentes profissionais em algumas cidades brasileiras, e também um estudo da UNESCO, tratando da questão do trabalho do professor e seus reflexos em sua saúde. Sintetizamos abaixo alguns dos resultados encontrados, de modo a demonstrar a gravidade do problema:

- **UNB (Universidade de Brasília) junto com a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), na década passada:** em pesquisa nacional, 48% dos entrevistados apresentavam algum sintoma da chamada *Síndrome de Burnout* (burn out=queimar completamente, consumir-se);

- **UNESCO, em estudo de 2002:** 54,8% dos professores afirmaram ser um problema manter a disciplina em sala de aula; 51,9% mencionaram as características sociais dos alunos e 44,8%, a relação com os pais; Outros pontos críticos estão relacionados com o volume de trabalho e a falta de tempo para preparar aulas e corrigir avaliações;

- **Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, em 2003:** 46% dos professores já tiveram diagnosticado algum tipo de estresse; entre as mulheres, esse número chega a 51%;

- **CNTE e Federação dos Trabalhadores em Educação do Mato Grosso do Sul:** mais de 60% das licenças médicas concedidas aos trabalhadores em educação nesse estado são para professores. Do total de licenças, 38% estão relacionadas a transtornos mentais e comportamentais, o principal motivo dos afastamentos.

- **Sandra Gasparini, Sandhi Barreto e Ada Assunção, do Programa de Pós-graduação em Saúde Pública da Faculdade de Medicina da UFMG, em 2005:** o objetivo dessas pesquisadoras foi aferir as condições de saúde do professor, a incidência dos pedidos de licença médica e suas motivações. Partindo da hipótese de que as condições de trabalho (excesso de tarefas e ruídos, pressão por requalificação profissional, falta de apoio institucional e de docentes em número necessário, entre outras) geram um sobreesforço na realização de suas tarefas, o estudo conclui que os professores estão mais sujeitos que outros grupos a terem transtornos psíquicos de intensidade variada. Muitos desses elementos de pressão são fruto de uma configuração do mundo do trabalho que não foi realizada a contento no que diz respeito a suprir as necessidades do professor na mesma escala em que é cobrado. "*O sistema escolar transfere ao profissional a responsabilidade por cobrir as lacunas existentes na instituição, a qual estabelece mecanismos rígidos e redundantes de avaliação profissional*".

- **Celso dos Santos Filho, médico residente do setor de psiquiatria do Hospital do servidor, em São Paulo:** "*Há uma desvalorização gradual do papel do professor. Ele se sente cada vez menos valorizado, o que afeta a prática profissional e a auto-estima, [daí] a dificuldade para ir ao trabalho, insônia, choro fácil*". As reclamações mais comuns desse sentimento de depreciação da atividade apontam para a falta de autoridade sobre os alunos e para a ausência de apoio institucional e das famílias dos alunos.

- **Francisco Nunes Sobrinho, da UERJ:** o incômodo gerado pelo ruído excessivo ou pela temperatura elevada podem contribuir bastante para o desenvolvimento de um estresse crônico entre os professores. Além disso, "*você pode ficar estressado, dentro da ergonomia cognitiva (disciplina que estuda os processos cognitivos em situações de trabalho), pelo excesso de informação que recebe. Isso pode provocar uma descompensação, pois o problema maior é não saber o que fazer, não ter uma resposta para a situação*".

CONDIÇÕES DE TRABALHO NO CPII: PRINCIPAIS PROBLEMAS DAS UNIDADES ESCOLARES

Conforme divulgado em carta à comunidade escolar, por ocasião do início de incêndio ocorrido no Teatro Mario Lago (Unidade São Cristóvão) em 19 de março do corrente ano, a ADCPII se comprometeu a fazer um levantamento dos problemas de cada Unidade em relação às instalações físicas e condições de trabalho. Colocamos em todas as Unidades do Colégio uma urna na Sala dos Professores para coletar as observações, sugestões ou reivindicações do corpo docente a esse respeito. Assim, podemos apresentar agora os dados que recolhemos.

Os professores se manifestaram individualmente ou em grupos. As urnas permaneceram nas Unidades desde o mês de abril até o início de maio. Apenas duas Unidades não estão retratadas: numa, a urna desapareceu; noutra, a urna voltou vazia, sem nenhuma resposta.

UNIDADE ESCOLAR ENGENHO NOVO I

- Grande número de alunos novos ingressando no 5º ano (último ano do 1º segmento);
- Turmas enormes.

UNIDADE ESCOLAR SÃO CRISTÓVÃO I

- **Salas de aula**: pequenas para o número de alunos; quentes, abafadas, sujas, escuras; piso com buracos; infiltrações e mofo; ventiladores com defeitos constantes; quadro de giz: trocar pelo branco;
- Mobiliário escolar em péssimo estado: pesados, velhos, quebrados e com cupim;
- Acústica péssima das salas e recreio ensurdecedor;
- Banheiros em péssimas condições de uso: vazamentos / sujos / sem material de higiene e em número insuficiente (próximo às quadras e no 2o. andar para os professores);
- Rede elétrica em péssima condição de segurança;
- Bebedouros em péssimo estado e em número insuficiente;
- Precariedade da sala de vídeo/DVD: porão improvisado, infestado de mosquito, sujo, acústica horrível;
- Sala dos professores barulhenta, sem ar refrigerado, ventilação e sem conforto;
- Biblioteca – instalação em local inadequado, pouco horário para atendimento (especialmente no início do ano);
- Equipamentos de áudios-visuais (TV / Vídeo) em péssimo estado de conservação;

(São Cristóvão I – Continuação)

- O auditório foi reformado mas os alunos não podem utilizá-lo;
- Máquinas copiadoras com constantes problemas;
- Teto do laboratório de Ciências desabando;
- Necessidade de conservação das quadras, pistas com buracos, quadra de areia sem renovação;
- Brinquedos no parquinho oferecendo perigo (ex: pregos expostos);
- Insetos transitando por todos os espaços: baratas, mosquitos, etc.;
- Estacionamento com lixo;
- Tonalidade estranha da água dos galões da sala dos funcionários;
- Falta de ônibus para viabilizar excursões pedagógicas;
- Cantina de péssima qualidade;
- Desvalorização do professor e do trabalho pedagógico (priorização dos aspectos administrativos e burocráticos);
- Carga horária pesada (24 tempos) e cansativa em dias de dobra;
- Falta de professor substituto (crianças ficando em casa) / número insuficientes de professores;
- Falta de espaço para as aulas de apoio;
- Falta de estrutura para o recebimento de novos professores;
- Estrutura de comunicação interna fragmentada;
- Não discussão coletiva do uso dos “dinheiros” arrecadados pela Unidade;
- Recreio com muitas confusões.

UNIDADE ENGENHO NOVO II

- **Salas de aula**: sem ventilação; ventiladores barulhentos; sem toldo, o que dificulta a visão de alguns alunos; deficiência da rede elétrica (exemplo: falta de tomadas);
- Falta de salas para apoio e nivelamento;
- Falta de professor para aulas de apoio e nivelamento;
- Falta de funcionários técnicos (inspetores, gabinete médicos);
- Falta de elevador (há anos está para ser consertado);
- Estacionamento – não há vagas para todos; falta de definição de critérios para o preenchimento das vagas.

UNIDADE TIJUCA II

- **Salas de aula**: pequenas e pouco ventiladas; calor insuportável no verão; muito barulho e acústica ruim; Instalações elétricas perigosas; ventiladores quebrados; janelas que provocam reflexos no quadro negro: os alunos não enxergam; quadro do giz: trocar pelo quadro branco;
- Infiltrações / vazamentos;
- Carência de banheiros e de matérias higiênicos;

(São Cristóvão II – Continuação)

- Móveis velhos.
- Escuridão do pátio após as 17h30min;
- Estacionamento com poucas vagas;
- Elevador que nem sempre funciona;
- Falta de respeito ao professor;
- Maior clareza nos critérios de obtenção de licença para estudo;
- Falta de prestação de contas da Unidade para a Comunidade Escolar.

UNIDADE SÃO CRISTÓVÃO III

- Calor nas “saunas de aula”; ventiladores velhos / ruidosos / sem funcionamento;
- Falta de ventilação na sala de vídeo;
- Banheiros sem condições de uso;
- Laboratório de informática fechado com freqüência;
- Falta de diálogo entre a Direção e os professores.

UNIDADE ESCOLAR CENTRO

- **Salas de aula**: mal arejadas; quadros de giz de má qualidade; apagadores em número insuficiente; ventiladores insuficientes; teto

- Falta de rádios gravadores;
- Paredes da sala de música caindo;
- Desorganização e pouca agilidade na reprodução de material (xerox);
- Poucos funcionários e/ou pouco qualificados para trabalhar em determinados locais; falta de controle;
- Divisão injusta da carga horária;
- Direção não "se mistura" com os professores.

UNIDADE SÃO CRISTÓVÃO II

- **Salas de aula**: quentes e abafadas; iluminação ruim: umas com claridade dificultando a visão, outras escuras, sem lâmpadas funcionando; acústica ruim; quadros de giz danificado: colocar quadro branco com pilot; ventiladores barulhentos / quebrados / vibração excessiva; janelas emperradas / quebradas; pisos irregulares e esburacados; mesas com muito cupim;
- Instalações elétricas precárias;
- Poucos bebedores funcionando;
- Paredes sujas;
- Corredores mal iluminados;
- Poças d'água nos corredores em dias de chuva;
- Equipamentos eletrônicos sem manutenção;
- Falta de ar condicionado em uma das salas dos professores;
- Instalações hidráulicas sem manutenção (desperdício de água, vazamentos);
- Piano precisando ser afinado;
- Falta de divisória e ar condicionado na sala de reuniões;
- Cadeiras insuficientes na sala dos professores e nas salas das disciplinas;
- Corrimão da escada solto;

(Humaitá II - Continuação)

- Horários insatisfatórios e mal distribuídos: carga horária pesada; tempo de permanência excessivo na UE, com muitos tempos vagos;
- Problemas aos sábados: horários contraproducentes – 12 tempos seguidos X muitas "janelas" durante a semana; intervalo de 10' e almoço de 50'; funcionamento sem médico ou enfermeira;
- Falta de salas adequadas para que o professor de D. E. possa trabalhar;
- Dificuldades com a xerox;
- Não acesso à merenda escolar;
- Necessidade de instituir uma CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes).

UNIDADE ESCOLAR REALENGO

- **Salas de aula**: acústica horrível;
- Falta de privacidade e conforto da sala de professores – necessidade de espaço para armários, material didático e objetos pessoais;
- Falta de xerox para pequenas quantidades de cópias;
caindo;
- Tacos soltos na sala dos professores;
- Falta de rádio-gravadores;
- Falta de funcionários para atendimento no setor de multimeios e na xerox.

UNIDADE ESCOLAR HUMAITÁ II

- **Salas de aula**: escuras e quentes; apagadores e quadros de giz desgastados (trocar por quadro branco); ventiladores quebrados ou barulhentos;
- Banheiro dos professores: vazamentos, cheiro insuportável, iluminação precária, teto caindo (gesso), falta de sabonete, toalhas, ganchos;
- Bebedouro: vazamento, água com gosto de ferrugem, falta de higiene;
- Rede elétrica e iluminação precárias: banheiros, salas, etc.;
- Falta de manutenção dos elevadores;
- Necessidade de reforma geral do auditório;
- Falta de computadores para uso dos professores;
- Sala de música com várias carências;
- Falta de Mediateca para línguas estrangeiras;
- Falta de copos descartáveis ou detergente para os copos de vidro;
- Falta de higiene em alguns lugares;
- Falta de ar condicionado;
- Grades na entrada e nos corredores amontoando os alunos;
- Fumo dentro do CPII (inclusive na sala dos professores);
- Pouca valorização do professor;

UNIDADE ESCOLAR NITERÓI

- **Salas de aula**: calor intenso - ventiladores quebrados ou insuficientes;
- Necessidade de retroprojetor, tela, videocassete e computador na sala dos professores;
- Poucas salas de aula (6 atualmente – todas ocupadas com o 1º e 2º anos). Como funcionará o ano que vem?
- Barulho da escola vizinha – acarretando problemas na voz e dificuldades de aprendizagem;
- Falta de proteção da chuva – salas e corredores alagados;
- Falta de espaço adequado para professores e funcionários (tamanho, armários, ventilação, cadeiras, café, geladeiras);
- Falta de salas de apoio, multimídia, biblioteca, reuniões;
- Circulação de insetos (carrapatos / pernilongos);
- Banheiros precários;
- Caixa d'água suja;
- Xerox da APA - não funciona.

Esses dados[1] nos remetem a várias análises. Queremos neste momento ressaltar alguns pontos:

(1) **a precariedade das instalações físicas das Unidades**: desconforto e deficiência das salas de aula (calor, barulho, iluminação inadequada, quadros de giz, mobiliário), péssimas condições dos banheiros, infiltrações e vazamentos, bebedouros em número insuficiente e mal conservados, deficiência da rede elétrica;

(2) **a dificuldade na realização do trabalho pedagógico**: falta de equipamentos para a realização do trabalho pedagógico, carga horária pesada e mal distribuída, turmas numerosas;

(3) **a desvalorização do professor**: falta de diálogo, salas de professores mal instaladas, falta de espaços de trabalho adequados.

No que diz respeito às instalações físicas, tal quadro de descalabro causa-nos estranheza, visto que o Diretor-Geral afirmou publicamente ao Ministro da Educação que o problema do Pedro II não é de verbas. Como, então, se explica essa situação? Vale registrar que, segundo consta no site oficial do MEC, em 2006 o Colégio gastou R$2.655.861,50 (dois milhões, seiscentos e cinqüenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e um reais e cinqüenta centavos) em *manutenção e conservação de bens móveis e outros*. Assim, fica difícil entender por que a escola continua a apresentar os mesmos problemas há tanto tempo.

Outro grave problema do atual modelo de gestão desta escola, identificado na fala dos professores, é a falta de diálogo, de planejamento adequado e de transparência nas ações pedagógico-administrativas.

Avaliamos que esses aspectos têm levado o corpo docente a uma profunda **frustração**, **insatisfação e desalento**. Trata-se de um quadro que desgasta excessivamente os professores, comprometendo sobremaneira a qualidade do trabalho que desenvolvemos.

A ADCPII não medirá esforços para buscar reverter essa situação, seja apresentando esse levantamento à Direção Geral, ao MEC, aos parlamentares preocupados com a educação deste país ou até mesmo à imprensa. Contamos com o apoio e a participação de todos, pois a luta, além de árdua, é justa e urgente.

O *PAC* (PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO) NA VIDA DOS TRABALHADORES

Dentre as medidas contidas no PAC anunciado pelo governo Lula em janeiro, destacamos duas delas, por serem as que mais diretamente afetarão os trabalhadores:

Medidas	Consequências
➢ Controle da expansão da Despesa de pessoal da união, com reajuste salarial anual limitado à taxa de inflação registrada pelo IPCA mais 1,5%, pelos próximos dez anos	➢ Política de arrocho salarial sobre os SPFs (servidores públicos federais) até 2016; ➢ Dificuldades para a contratação de novos servidores e para a implantação de novos planos de carreira, pois a margem para a realização de despesas fica comprometida; ➢ Maior redução do papel da chamada Mesa Nacional de Negociação entre governo e SPFs; ➢ impossibilidade legal de se recuperar as perdas salariais acumuladas pelos SPFs nos últimos anos.
➢ Política de longo prazo de valorização do salário mínimo com reajuste anual do valor da inflação calculada pelo INPC, mais a taxa de crescimento real do PIB dos dois anos anteriores	➢ Reajustes anuais insignificantes; ➢ impossibilidade de recuperação de parte das perdas históricas e a recomposição do poder de compra efetivo do salário mínimo.
➢ Criação do Fórum Nacional da Previdência Social, formado por empresários, centrais sindicais e	✓ para o setor privado: ▪ aumento da idade mínima necessária para o trabalhador se aposentar;

[1] É possível que alguns dos problemas relacionados já tenham sido sanados, dado o tempo transcorrido desde o final da apuração dos dados.

governo, para tratar tanto da previdência do setor privado (INSS) quanto dos servidores públicos. ➢ Alteração das atuais regras para a aposentadoria dos trabalhadores	▪ fim da aposentadoria diferenciada para as mulheres; ✓ para os servidores públicos ▪ redução dos gastos com o pagamento de aposentadorias e pensões do funcionalismo, abrindo mais espaço para o avanço da previdência privada.

Fonte dos dados: www.assibge.org - "***Quem vai pagar o PAC?***" - Cartilha editada pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores do IBGE (ASSIBGE), gestão 2007/2008, de autoria de **Henrique Acker**.

NOVO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – PDE

O novo PDE, anunciado pelo governo nos meses de março e abril do corrente ano, apresenta 42 medidas de natureza diversa, abrangendo desde o *investimento em educação básica*, até as questões relativas à *formação e salário do professor*, *instalações físicas das escolas e mecanismos de avaliação da aprendizagem das crianças.* Destacamos abaixo algumas das medidas e reproduzimos a seguir duas opiniões sobre o Plano, com o objetivo de oferecer subsídios para a reflexão.

- **Investimento em educação básica** ⇨ a meta do *Fundeb* - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - é beneficiar 48 milhões de alunos do ensino básico (ensino fundamental, médio, educação especial e educação de jovens e adultos (EJA) ;
- **Mais verbas para** os municípios com os piores indicadores educacionais**;**
- **Sistema de premiação** para as escolas públicas que melhorarem seu desempenho – isto é, para as escolas que conseguirem cumprir as metas definidas pelo MEC a partir do *Ideb* (novo indicador da qualidade da educação, baseado nas taxas de aprovação e no desempenho dos alunos na Prova Brasil);
- **instalações das escolas** ⇨ colocação de luz elétrica, biblioteca, computadores e salas multifuncionais;
- **situação do professor** ⇨ estabelecimento de piso nacional, formação de professores no interior do país, apoio aos pós-doutorados para continuarem no Brasil;
- **mecanismos de avaliação do desempenho escolar** ⇨ "Provinha Brasil", voluntária para os municípios, aplicada a crianças de 8 anos para verificar se estão alfabetizadas;
- **transporte escolar** ⇨ medidas para viabilizar ônibus para os alunos da área rural irem à escola;
- **educação superior** ⇨ meta de duplicação das vagas nas universidades federais;
- **educação profissional** ⇨ meta de abertura de 150 novas escolas profissionais, com novo modelo de funcionamento.

O PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação) EM QUESTÃO: CONFIRA ALGUMAS OPINIÕES – E FORME A SUA!

QUANTO VALE UM PROFESSOR?

Artigo de ZUENIR VENTURA em *O Globo*, 28/04/2007

Por mais que se torça a favor, é difícil acreditar que o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) colocará o Brasil "em pé de igualdade com qualquer país do mundo desenvolvido", como espera Lula, quando se vê que um dos pilares desse processo, o professor da rede pública, vai ganhar – na melhor das hipóteses, se aprovado o novo piso salarial – R$ 850,00 por mês para trabalhar 40 horas semanais. Isso num país em que um deputado federal recebe R$ 12.847, ou seja quase quinze vezes mais por três ou quatro dias por semana de comparecimento à Câmara (m breve deverá ir para R$ 16.250).

(...)

[Em vez de começar pela valorização do magistério, por meio de remuneração decente], o PDE prefere investir em tecnologia. Até 2010, todas as 130 mil escolas públicas de educação

O ENSINO DE RESULTADOS

Entrevista com **DERMEVAL SAVIANI**
na *Folha de São Paulo*, 29/4/2007

O piso salarial de R$850,00 é claramente insatisfatório, e, além disso, está sujeito a uma implantação progressiva que se estenderá até 2010.

(...)

A questão principal que, ao que parece, o PDE não contemplou, diz respeito à carreira profissional dos professores. Essa carreira teria de estabelecer a jornada integral em uma única escola, o que permitiria fixar os professores nas escolas, tendo presença diária e se identificando com elas.

E a jornada integral, de 40 horas semanais, teria que ser distribuída de maneira que se destinassem 50% para as aulas, deixando-se o tempo restante para as demais atividades

básica receberão R4 650 milhões em computadores. Só este ano, serão instalados 5 mil laboratórios de informática em escolas rurais e mais de 8 mil em escolas urbanas de 5ª a 8ª série do ensino fundamental.

Nada contra. Não se desconhece a importância dos meios tecnológicos de comunicação para o aprendizado da criança. São fundamentais. Mas é preciso tomar cuidado com o endeusamento da informática. Por si só, ela não opera milagres no reino da pedagogia. Ajuda e muito, mas não substitui o professor ou a professora numa sala de aula. O economista Naércio Menezes, do Ibemec, citado pelo jornalista Gilberto Dimenstein, chegou à conclusão de que o uso do computador nas escolas públicas não melhora de maneira significativa o rendimento dos estudantes.

Ao analisar o perfil sócio-econômico de 218 mil alunos do ensino fundamental e médio de 5.600 escolas em todo o país, ele descobriu que não são os laboratórios de informática que fazem a diferença. O que faz o estudante avançar nos estudos são velhos fatores como ambiente familiar, ajuda da mãe, livros em casa, pré-escola, enfim, tudo o que antigamente fazia a escola ser risonha e franca, e mais humanizada. (...) No Brasil, a verdadeira revolução na educação virá no dia em que a mestra (ou mestre) não for trocada pelo computador e valer 15 ou 20 deputados, não o contrário.

(...).
O questionamento do PDE se dirige à própria lógica que o embasa. Com efeito, essa lógica poderia ser traduzida como uma espécie de "pedagogia de resultados". Assim, o governo se equipa com instrumentos de avaliação de produtos, forçando, com isso, que o processo se ajuste a essa demanda.
É, pois, uma lógica de mercado que se guia, nas atuais circunstâncias, pelos mecanismos das chamadas "pedagogias das competências" e da "qualidade total".
(...)
A visão da pedagogia histórico-crítica é inteiramente diversa. Em lugar de aplicar provas nacionais em crianças de 6 a 8 anos, o que caberia ao Estado seria equipar adequadamente as escolas e dotá-las de professores com formação em cursos de longa duração e salários compatíveis com seu alto valor social.
Isso permitiria transformar as escolas em ambientes estimulantes, nos quais as crianças, nelas permanecendo em jornada de tempo integral, não teriam como não aprender.
Seus êxitos seriam o resultado de um trabalho pedagógico desenvolvido seriamente, próprio de profissionais bem preparados e que acreditam na relevância do papel que desempenham na sociedade, sendo remunerados à altura de sua importância social.

E ASSIM NOS FALARAM AS "MADRES DE PLAZA DE MAYO"...

Divertida, enriquecedora, inesquecível: foi assim a excursão a Buenos Aires promovida pela ADCPII em 1º. de maio. Mesmo com alguns contratempos, como o atraso do vôo na ida, o grupo de 45 pessoas pôde curtir muito bem o feriado prolongado com passeios maravilhosos (Delta do Tigre, Recoleta, Caminito, etc.), sem falar na noite de Buenos Aires, especialmente os shows de tango.

Para alguns o ponto alto da excursão foi a coincidente comemoração dos 30 anos das chamadas "mães da Praça de Maio". Houve shows de música e discursos emocionados lembrando o trajeto de luta dessas mães. O depoimento a seguir dá conta do que foi esse evento:

A mais emocionante experiência que pude viver em Buenos Aires foi o contato direto com as ***Madres de Plaza de Mayo*** no ato de comemoração pelos seus 30 anos de existência.

Foi uma festa muito bonita, com milhares de pessoas reunidas desde as 3 horas da tarde até a meia noite do dia 30 de abril, na praça onde, durante esses trinta anos, toda quinta-feira à tarde, as "madres" estiveram para manter viva a luta, os sonhos e o compromisso revolucionário dos seus filhos mortos pela ditadura militar.

Em cima de um grande palco, montado especialmente para a festa, estavam sentadas as "madres", assistindo e participando, com muita alegria, da apresentação dos artistas argentinos e de outros países da América do Sul. O povo na praça cantava junto as canções que falavam da vida, da luta e esperança do povo latino-americano. Em alguns momentos puxavam palavras de ordem que nos envolviam e emocionavam porque gritavam a esperança e a disposição para não esquecer a luta pela verdadeira democracia com justiça social e dignidade para os povos.

Tenho a convicção de que todos nós que tivemos a oportunidade de participar daquele ato público e daquela festa não esqueceremos jamais. A esperança, a alegria e o compromisso com a luta pela justiça, democracia e liberdade das "Madres de Plaza de Mayo", sentimentos e ideais que contagiavam a todos tomando conta daquela praça naquele dia, permanecerão em nós como exemplos a serem perseguidos sempre.

Regina Coeli Moura Macedo
Profa. de São Cristóvão I e membro da Diretoria da ADCPII

LICENÇA-PRÊMIO

Vania Maria de Souza Alvarim
Mestre em Educação pela UFF, Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais pela UFF, Bacharel de Direito pela UNESA, Pós-graduada lato sensu em Tecnologia Educacional, Professora aposentada do Colégio Pedro II

De acordo com o parágrafo 10, do art. 40, da atual CRFB/1998, acrescentado pela EC (Emenda Constitucional) n° 20/1998, fica vedada a contagem de tempo de contribuição fictício. Tempo fictício é aquele em que não há prestação do serviço público, por parte do servidor, nem tampouco a correspondente contribuição social. A contagem, em dobro, do tempo da licença prêmio não gozada era um exemplo de tempo fictício que poderia ser contabilizado para fins de aposentadoria.

A licença-prêmio era concedida pelo prazo de três meses, com a remuneração do cargo efetivo, a título de prêmio por assiduidade, após cada período de cinco anos ininterruptos de exercício. Ela foi extinta a partir de 16/10/96 pela Medida Provisória nº 1.522/96 e suas reedições.

Hoje, o servidor que já tinha adquirido o direito à licença-prêmio antes da EC n° 20/1998 poderá gozá-la ou contá-la em dobro para a sua aposentadoria.

Caso a licença-prêmio não seja concedida pela Administração Pública até a aposentadoria, o servidor poderá solicitar a sua conversão em pecúnia, não incidindo, ainda, sobre o pagamento da licença-prêmio não gozada o imposto de renda, por ser considerado verba indenizatória, conforme diversos entendimentos jurisprudenciais do STF e do STJ, como por exemplo:

> DECISÃO: Agravo de instrumento de decisão que inadmitiu RE, a, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (f. 69): "Ação Ordinária Licença-prêmio. Cabimento. Arts. 124, 127 e 129 da CE/89. Lei complementar ou mesmo lei ordinária são ineficazes em face do texto constitucional estadual. A eficácia do pleito deverá observar a vigência da CE/89. O não requerimento da licença-prêmio não constitui condição para a sua concessão. Ocorrendo a aposentadoria do funcionário, a licença-prêmio não gozada transforma-se automaticamente em indenização a ser paga pelo ente público, inclusive sem incidência do imposto sobre a renda tendo em vista a sua natureza jurídica. A licença-prêmio deve ser calculada com base na data da aposentadoria, quando então surgir o fato gerador da obrigação de indenizar. O não pagamento da licença-prêmio caracterizaria enriquecimento ilícito por parte da administração, violando inclusive o princípio constitucional da moralidade administrativa.[...] (Destaque da autora) (AI 567997 / SP - SÃO PAULO. MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE, julgado em 15/12/2005, DJ 08/02/2006 PP-00056)
>
> ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. LICENÇAS-PRÊMIOS NÃO GOZADAS. CONVERSÃO EM PECÚNIA. PREVISÃO LEGAL EXPRESSA.
> DESNECESSIDADE. PRINCÍPIO QUE VEDA O ENRIQUECIMENTO ILÍCITO DA ADMINISTRAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA DO ESTADO.
> 1. (...)
> 2. A conversão em pecúnia das licenças-prêmios não gozadas em face do interesse público, tampouco contadas em dobro para fins de contagem de tempo de serviço para efeito de aposentadoria, avanços ou adicionais, independe de previsão legal expressa, sendo certo que tal entendimento está fundado na Responsabilidade Objetiva do Estado, nos termos do art. 37, § 6º, da Constituição Federal, e no Princípio que veda o enriquecimento ilícito da Administração...
> 3. (...)
> (REsp 693.728/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 08.03.2005, DJ 11.04.2005 p. 374)

Portanto, o servidor que, ao se aposentar, não tiver utilizado o tempo da licença prêmio para aposentadoria, ou não tiver gozado esse direito poderá solicitar a sua conversão em pecúnia.

BOAS DICAS

Oficina de cerâmica para professores

O projeto ÁREA VERDE, do Pedro II de São Cristóvão, está oferecendo um curso de capacitação em técnicas cerâmicas para os professores do CPII. Os encontros acontecem todas as terças-feiras, de 13:30 às 15:45, na Oficina da Terra da área Verde. Há também horários alternativos às quintas-feiras.

AINDA HÁ VAGAS!

Inscrições: Coordenação da Área Verde – Complexo de São Cristóvão,
às 3as. e 5as. Feiras, de 9 às 16 horas.
Maiores informações:
aragaott@yahoo.com.br

Psicanálise
Atendimento clínico acessível:
Grupo de Atendimento Psicanalítico

"Formado em 1994, o GRUPO DE ATENDIMENTO PSICANALÍTICO vem ganhando reconhecimento e credibilidade entre os profissionais de saúde e no meio leigo. Nossa atividade clínica tem como proposta tornar a psicanálise acessível a todas as camadas da população. Ao longo de anos, esse tipo de atendimento ficou restrito a um pequeno número de pessoas. Acreditamos na necessidade e na importância do atendimento psicanalítico amplificado. Desde sua formação, o Grupo de Atendimento Psicanalítico vem atendendo a população numa faixa flexível de honorários. Contamos com consultórios em vários bairros da cidade e prestamos atendimento a crianças, adolescentes e adultos. (...)"

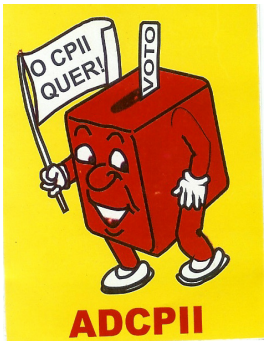
Psicanalistas responsáveis:

Izabel Borges
Gabriela Maldonado
Luciana Coutinho
Monah Winograd

Telefones: 2539-4630 e 2558-8772

2007: FINAL DO MANDATO DA ATUAL DIREÇÃO GERAL

ELEIÇÕES JÁ!



Curso de Inglês com desconto

O curso de inglês BRASAS oferece desconto de 50% para os associados da ADCPII. Informações na filial Botafogo. Telefone: 2527-8399

INFORMATIVO ADCPII

O *Informativo ADCPII* é o órgão oficial da Associação de Docentes do Colégio Pedro II.
Redação: Campo de São Cristóvão, 177 - 2º. andar, Setor II, Rio de Janeiro – RJ
Telefones: (21) 2580-0783 e (21) 3860-1194 ; E-mail:
adcpii@adcpii.com.br / Site: www.adcpii.com.br

Diretoria:
Presidente: Magda Rigaud Pantoja Massunaga
1º. Vice-presidente: Denise Sayde de Azevedo / 2º Vice-presidente: Manoel de Carvalho Almeida
1ª. Secretária: Regina Coeli M. de Macedo / 2ª. Secretária: Silvana M. Bayma / Suplente: Jurema Silva
1ª. Tesoureira: Márcia Maretti / 2º. Tesoureiro: Wolney Malafaia / Suplente: Rosane Gomes

Jornal da ADCPII
Redação/edição: A Diretoria
Distribuição gratuita a todos os professores